



REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DAS
INFRAESTRUTURAS E DA HABITAÇÃO

Exma. Senhora
Chefe do Gabinete de S. Exa. o Secretário de
Estado dos Assuntos Parlamentares
Dr.ª Catarina Gamboa
Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
3877	09-10-2020	Nº: 637/2021 ENT.: 1356/2021 PROC. Nº: 001/2021	01-03-2021

ASSUNTO: Pergunta n.º 223/XIV/2.ª - Degradação e ausência de investimentos na proteção às zonas ribeirinhas e no apoio à pesca na área Porto Brandão/Trafaria/Cova do vapor (Concelho de Almada - Distrito de Setúbal)

Na sequência do Ofício acima identificado, e em resposta à pergunta n.º 223/XIV (2.ª) formulada pelos Senhores Deputados do Grupo Parlamentar do PCP, encarrega-me Sua Excelência, o Ministro das Infraestruturas e da Habitação de, relativamente às questões colocadas, enviar a seguinte informação: A APL, S.A., em articulação com o Município de Almada, tem realizado um conjunto de intervenções na frente ribeirinha compreendida entre a Cova do Vapor e Porto Brandão, nomeadamente:

- No ano de 2006, a intervenção de requalificação do núcleo de pesca da Trafaria;
- No ano de 2008, o acondicionamento do talude do 2.º Torrão, também na Trafaria e reparação da muralha em Porto Brandão;
- No ano de 2010, a intervenção de reforço do talude do 2.º Torrão, diversas intervenções na Cova do Vapor, incluindo uma intervenção de emergência no molhe, o reperfilamento e reforço da retenção marginal, e o arranjo do terraplano para armazenamento de artes de pesca;
- No ano de 2014, a intervenção de melhoria das condições de abrigo para embarcações de pesca na Cova do Vapor;
- No ano de 2020, a intervenção de correção da frente marítima da Trafaria.

De facto, em novembro do presente ano foi realizada uma reunião entre a APL, S.A. e a Câmara Municipal de Almada, visando a análise em concreto de soluções para o caso do 2º Torrão.

Quanto ao aluimento atualmente existente junto ao terminal da Transtejo na Trafaria, informamos que os danos provocados pela mesma acabaram por estender-se à área envolvente à concessão da Transtejo, originando a situação aludida. Neste sentido, a APL realizou uma intervenção de correção em fevereiro do corrente ano de 2020 a qual, todavia, mostrou-se insuficiente para conter a erosão intensa que se tem sentido no local, recentemente agravada pelas condições climáticas. Consequentemente, foi elaborado um projeto de intervenção mais robusto, atualmente em fase de procedimento de concurso de empreitada de obras públicas, no regime de consulta prévia, com um preço base de 60.000,00 Euros e um prazo de execução de 90 dias.

Por fim, e relativamente à última das questões colocadas, não é, de todo, verdade que tenha havido um abandono das necessidades da comunidade piscatória da Trafaria. Há cerca de dois anos procedeu-se à recuperação integral dos dois pontões e infraestruturas de acesso utilizadas para a descarga de pescado instaladas na zona de apoio à pesca na Trafaria. Igualmente, em articulação com a Docapesca, a APL, S.A. acompanhou a reinstalação, há muito ambicionada, do ponto de primeira venda de pescado ali existente.



REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DAS
INFRAESTRUTURAS E DA HABITAÇÃO

Na sequência de conversações entre a APL, S.A., Câmara Municipal de Almada, Capitania do Porto de Lisboa, União das freguesias da Caparica e Trafaria e Sindicato Livre dos Pescadores Profissionais e Afins, foram delineados alguns procedimentos tendo em vista tornar a frente ribeirinha da Trafaria mais propícia à atividade piscatória, procedendo, simultaneamente, à sua limpeza., salientando-se as seguintes medidas:

- definição de uma única zona permitida na via pública para o estacionamento de embarcações, com condições de navegabilidade, acompanhada da respetiva sinalética vertical ao longo do passeio ribeirinho;
- estabelecimento de um local na praia para colocação de pequenas embarcações, para que a atividade piscatória que se desenvolve no local pudesse continuar a ser exercida sem interrupções e constrangimentos;
- remoção de restos de embarcações que se encontravam visivelmente incapacitadas de navegar para aterro.

As ações levadas a cabo por aquela administração portuária permitiram ordenar a zona para os pescadores que ali exercem a sua atividade, acabando por permitir-lhe também beneficiar de uma zona em terra para proceder a pequenas reparações das embarcações uma vez que deixaram de o poder fazer no areal da praia.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

(Maria Antónia Barbosa de Araújo)